

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GABRIELA FERNANDES GUIMARÃES

Emenda Constitucional nº 95 de 2016: Desdobramentos do Neoliberalismo no orçamento público brasileiro, histórico e consequências no orçamento voltado ao desenvolvimento social e econômico.

São João Del-Rei
2018

GABRIELA FERNANDES GUIMARÃES

Emenda Constitucional nº 95 de 2016: Desdobramentos do Neoliberalismo no orçamento público brasileiro, histórico e consequências no orçamento voltado ao desenvolvimento social e econômico.

Monografia apresentada à Universidade Federal de São João Del-Rei, como atividade final da matéria de Metodologia Científica e pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

São João Del-Rei
2018

GABRIELA FERNANDES GUIMARÃES

Emenda Constitucional nº 95 de 2016: Desdobramentos do Neoliberalismo no orçamento público brasileiro, histórico e consequências no orçamento voltado ao desenvolvimento social e econômico.

Monografia apresentada à Universidade Federal de São João Del-Rei, como atividade final da matéria de Metodologia Científica e pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada: ___ de _____ de 2018.
Prof.º Dr. Eduardo Sergio da Silva.

Banca:
Prof.º Dr. Eduardo Sergio da Silva
Orientador

Prof.ª Me. Layane Campos Soares
Professora Convidada

Sob o mesmo céu
 Cada cidade é uma aldeia
 Uma pessoa!
 Um sonho, uma nação
 Sob o mesmo céu
 Meu coração
 Não tem fronteiras
 Nem relógio, nem bandeira
 Só o ritmo
 De uma canção maior...

 A gente vem
 Do tambor do Índio
 A gente vem de Portugal
 Vem do batuque negro
 A gente vem
 Do interior e da capital
 A gente vem
 Do fundo da floresta
 Da selva urbana
 Dos arranha-céus
 A gente vem do pampa
 Vem do cerrado
 Vem da megalópole
 Vem do Pantanal
 A gente vem de trem
 Vem de galope
 De navio, de avião
 Motocicleta
 A gente vem a nado
 A gente vem do samba
 Do forró
 A gente veio do futuro
 Conhecer nosso passado...

 Brasil!
 Com quantos Brasis
 Se faz um Brasil?
 Com quantos Brasis
 Se faz um país?
 Chamado Brasil!

 A gente vem
 Do rap, da favela

A gente vem
 Do centro do subúrbio
 Da periferia, eh!
 A gente vem
 Da maré, das palafitas
 Vem dos Orixás da Bahia
 A gente traz um desejo
 De alegria e de paz
 E digo mais:
 A gente tem a honra
 De estar ao seu lado
 A gente veio do futuro
 Conhecer nosso passado...

 Brasil!
 Com quantos Brasis
 Se faz um Brasil?
 Com quantos Brasis
 Se faz um país?
 Chamado Brasil!...(2x)

 Sob o mesmo céu
 Cada cidade é uma aldeia
 Uma pessoa!
 Um sonho, uma nação
 Sob o mesmo céu
 Meu coração
 Não tem fronteiras
 Nem relógios, nem bandeiras
 Só ritmo de uma canção
 Maior!

 A gente vem
 Do tambor do Índio
 A gente vem de Portugal
 Vem do batuque negro
 A gente vem
 Do interior e da capital
 A gente vem
 Do fundo da floresta
 Da selva urbana
 Dos arranha-céus
 A gente vem do pampa
 Vem do cerrado

Vem da megalópole
 Vem do Pantanal
 A gente vem de trem
 Vem de galope
 De navio, de avião
 Motocicleta
 A gente vem a nado
 A gente vem do samba
 Do forró
 A gente veio do futuro
 Conhecer nosso passado...

 Brasil!
 Com quantos Brasis
 Se faz um Brasil?
 Com quantos Brasis
 Se faz um país?
 Chamado Brasil!
 A gente veio do futuro
 Conhecer nosso passado!
 Brasil!
 Com quantos Brasis
 Se faz um Brasil?
 Com quantos Brasis
 Se faz um país?
 Chamado Brasil!

 A gente veio do futuro
 Conhecer nosso passado!
 Brasil!
 Com quantos Brasis
 Se faz um Brasil?
 Com quantos Brasis
 Se faz um país?
 Chamado Brasil!...(2x)

 A gente veio do futuro!

Lenine

Aos desenvolvedores do Moodle, por escolherem essa música maravilhosa para compor o material.

Ao Universo, por tamanhas oportunidades e com tantas gentes boas nessa caminhada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer um resgate histórico da evolução dos meios de produção capitalistas, por meio da apresentação da evolução produtiva e contemplará o período que se estende até a política neoliberal em vigor desde meados da década de 70. Para tanto, foi feita uma breve contextualização dos preceitos neoliberais, com o icônico Consenso de Washington, apresentando aos leitores os objetivos e formas de efetivação desse acordo. Em seguida, o trabalho ruma para a análise da Emenda Constitucional número nº 95/2016, desde a sua propositura enquanto Projeto de Emenda constitucional nº 55/2017, apresentando um panorama das motivações que fizeram com que a mesma ganhasse destaque nas discussões legislativas e na agenda do atual governo. A discussão será norteadada pela hipótese de que a proposta de congelamento dos gastos públicos é resultado do ainda vigente receituário neoliberal, em sua fase financeirizada, que impõe seu crivo precarizante aos países considerados “em desenvolvimento” e que deixa de lado a produção industrial e a geração de valor útil para priorizar a remuneração por rendimentos. Por fim, o trabalho busca apresentar a maneira a qual a Emenda Constitucional afetou o orçamento federal, usando como exemplo os recursos destinados às pastas voltadas ao desenvolvimento econômico e social da seguridade social.

Palavras-chave: Emenda Constitucional 95. Neoliberalismo. Políticas sociais. Orçamento Federal.

SÚMARIO

1	Introdução	p. 09
2	Breve histórico da evolução do modo de produção capitalista	p. 11
3	Capitalismo contemporâneo e a cartilha Neoliberal	p. 14
3.1	<i>Consequências do Consenso de Washington na América Latina na década de 90.....</i>	p. 17
4	Emenda Constitucional nº 95/2016: mudanças fiscais propostas	p. 20
5	A política de assistência: o desmonte dos direitos não contributivos	p. 22
6	Conclusão	p. 26
7	Referências	p. 29

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma leitura dos desdobramentos históricos e políticos que culminaram na Emenda Constitucional nº 95/2016, emenda que inaugurou o chamado “Novo Regime Fiscal”, que visa impor a taxa de inflação do ano orçamentário anterior como teto de reajuste no planejamento financeiro público nacional. Tal análise teve como ponto de partida o resgate histórico das três fases do capitalismo monopolista, intituladas didaticamente de Período Concorrencial, Era de Ouro e Capitalismo Financeiro, sendo a última a fase contemporânea.

Nessa leitura do processo histórico do modo de produção capitalista pretendemos apontar as características marcantes que diferem cada uma dessas fases históricas e também serão analisados cada um desses pontos de diferença. A diferenciação visará mostrar o devir do desenvolvimento dessas fases do modo de produção capitalista e a análise dessas diferenças terá como objetivo apontar o comportamento do Estado frente aos levantes populares, que questionaram a forma de exploração de cada um desses momentos. Exploraremos o ponto de transição da Era de Ouro para a fase Contemporânea financeira, momento de tensão e de quedas sem precedentes na rentabilidade dos grandes capitais, fato que inaugurou a imprescindibilidade da radicalização da reestruturação desse modo de produção.

Considerando os efeitos dessa reestruturação produtiva orquestrada pelo mercado, estudaremos o acordo que convencionou-se chamar-se de “Consenso de Washington”, reunião acontecida em 1989 com a participação da cúpula do FMI, de chefes de instituições de fomento internacional e economistas considerados renomados no conjunto de países da América Latina. Tratava-se de um campo fértil para experiências de precarização e intensificação do trabalho, diferenciadas formas de dilapidação de serviços oferecidos pelo poder público e conquistas dos trabalhadores, frente à destinação de parcelas do fundo público às necessidades do mercado.

O Consenso buscou implantar uma cartilha de cortes nos já parcos investimentos públicos dos países da América Latina, o que podemos considerar como sendo uma repaginação do colonialismo, já que as alterações propostas serviram de pano de fundo para atrair capitais internacionais para exploração de mão de obra destituída de todo e qualquer direito. Seguimos a premissa de que esses cortes de investimentos públicos influenciam desde os serviços de estrutura sanitária básica até o orçamento que poderia ser voltado à ciência e inovação de cada um desses países – caminho que, a longo prazo, seria capaz de estruturar novas perspectivas à população desse conjunto de países.

Em seguida, falaremos sobre as consequências da implantação dessa cartilha neoliberal em alguns países latino-americanos, contemplando as críticas feitas por estudiosos, descortinando o fato de que o discurso vendido pelos cabeças do ideário neoliberal em quase nada se concretizaram, mas antes, aprofundaram a realidade de exploração e barbárie social nos chamados “laboratórios do neoliberalismo”.

Seguindo a linha condutora da história, este trabalho trará ainda o início de uma discussão sobre as causas e os efeitos do Novo Regime Fiscal inaugurado pela Emenda Constitucional nº 95, e sua ressonância no corte de investimentos na seguridade social. Serão contemplados seus desdobramentos e roupagens que visavam – numa via de mão dupla – agravar os efeitos da exploração predatória dos países em desenvolvimento, sem tocar nas bases estruturais desse modo de produção, utilizando como respaldo um discurso de cortes públicos para a melhoria nos investimentos, discurso este que não ressoa na prática, mas antes, agrava a atual situação dos serviços dirigidos às populações despossuídas.

Tendo consciência da fluidez do conhecimento construído, esta pesquisa buscará investigar se a hipótese proposta tem nexos com a realidade estudada, utilizando o método dedutivo – visto que buscamos analisar se nossa hipótese ressoa na realidade após a conclusão da pesquisa, colocando como norte da investigação a teoria de que cortes indiscriminados no orçamento público resultam em consequências diretas na capacidade do poder público de atender às necessidades da população que utiliza aparatos oferecidos por políticas públicas de cunho social, agravando a já preocupante situação destes serviços prestados.

Levaremos ainda em consideração a premissa de que toda pesquisa científica tem como crivo o olhar do pesquisador, assim sendo, reconhecemos desde já o devir e as influências da realidade e da perspectiva de análise da pesquisadora.

Pontuamos ainda que esta será uma pesquisa bibliográfica e documental, abarcando primeiramente a opinião e justificativas dos idealizadores do pensamento Neoliberal e, num próximo momento, pesquisas realizadas sobre as consequências que o receituário neoliberal trouxe aos países em desenvolvimento.

Por fim, afirmo que, para o campo da Gestão Pública, a pesquisa sobre esse tema se faz de extrema importância devido ao compromisso social que afirmamos reiteradamente durante esse período de curso, tendo como norte a importância do orçamento público no desenvolvimento de melhores condições materiais e construção de novas perspectivas subjetivas a todos os nichos populacionais.

Pretendemos ainda dar continuidade à exploração acadêmica sobre as motivações e consequências veladas dessa Emenda Constitucional e buscar estratégias de atuação enquanto profissionais engajados com a real finalidade do orçamento público: atender às necessidades dos cidadãos brasileiros.

2 Breve histórico da evolução do modo de produção capitalista.

Antes do início propriamente dito nessa seção, se faz por bem esclarecer a razão dessa parte do estudo ser tão importante para lançarmos mão da análise das formas de aplicação dos recursos do fundo público. Partimos da premissa de que:

[...] as relações sociais são, antes de mais, relações de essência histórica: são mutáveis, transformáveis. Resultantes da ação dos homens, exercem sobre eles pressões e constrangimentos, acarretam efeitos e consequências que independem de sua vontade; mas, igualmente são alteráveis e alteradas pela vontade coletiva e organizada das classes sociais[...]. (NETTO E BRAZ, 2012, p. 182)

Dessa forma, acreditamos que o que é realizado, em qualquer fase da história, está estreitamente conectado às bases materiais de produção. Cabe então fazer uma leitura de como o Capitalismo surge e se desenvolve mundialmente e como suas intensas transformações entre o século XIX e XX moldaram as manifestações políticas e estruturais.

Essa análise busca, inclusive, apontar as diferenças nas formas de resposta desse modo de produção aos avanços das manifestações populares e nas formas que se utilizam os aparatos do estado para hora reprimir, hora atender a estas demandas. Assim sendo, não adicionaremos a fase mercantil do capitalismo nesse estudo, pois em meados do século XVI, a burguesia alçava seus primeiros voos como uma classe revolucionária, disposta a abalar o *status quo* de seu berço, sendo capaz de minar as bases da estrutura feudal em conjunto com os camponeses. O trecho a seguir figura bem tal intencionalidade:

No curso desse estágio, a burguesia – nascendo especialmente dos grupos mercantis que acumularam grandes capitais comerciais – afirma-se como classe que tem nas mãos o controle das principais atividades econômicas e confronta-se com os privilégios da nobreza fundiária. É então uma classe revolucionária, cujos interesses se conjugam com os da massa da população [...]. (NETTO E BRAZ, 2012, p. 183)

Durante a metade final do século XVIII as mudanças políticas na sociedade, que passa a deixar mais marcada a estruturação da propriedade privada e as mudanças técnicas, que otimizaram a qualidade e a quantidade produzida pelas incipientes indústrias, permitem que o capitalismo passe a ter suas bases nas cidades que começavam a se desenvolver. Com o êxodo rural estimulado pelas expulsões dos camponeses, os braços que comporiam o caldo

efervescente da produção ganhavam seu toque final. Logo a quantidade de pessoas ultrapassaria a possibilidade de absorção das indústrias rústicas. Combinados o excesso populacional e os problemas de infraestrutura precária gerados pelo crescimento desenfreado dessas cidades, os lampejos da questão social começavam a ganhar contorno.

Do outro lado da moeda, as negociações do capitalismo clássico estavam, literalmente, de vento em popa. Os excedentes da produção que já não eram absorvidos pelos mercados locais passaram a ser exportados para os demais continentes, o que Netto (2012) chama de “tendência do capital à *mundialização*”. Trocas comerciais, exploração dos recursos naturais estrangeiros e imposição da cultura ao redor do globo – os efeitos consequentes da expansão capitalista giraram em torno da violência cultural e saque das riquezas desde que este se lançou ao mar.

Voltando ao centro da produção, foi durante o desenvolvimento do capitalismo concorrencial que nasceram os atritos gerados pela contradição da luta de classes. Essa contradição se materializou primeiramente de formas rudimentares, por meio de ataques organizados pelos trabalhadores que tinham como objetivo a destruição das máquinas industriais – movimentos ludistas. A reação dos patrões foi a introdução de novas tecnologias ao maquinário fabril, que eram capazes de otimizar a produção com menor emprego de mão de obra viva¹. Nesse momento, o ideário burguês, já consolidado, abandonava suas propostas questionadoras do *status quo* feudal, tomando posicionamento favorável às condições agora vigentes – o modo de produção capitalista era o novo *status quo* a ser defendido e para isso o Estado já era cogitado como um de seus aliados para a manutenção dessa sociabilidade.

Quanto aos trabalhadores, estes também precisaram se reinventar. Seus movimentos de questionamento das condições de vida e de trabalho saíram das ações *em si* para o patamar das ações *para si*, definições muito bem ilustradas pela autora Maria Lúcia Martinelli:

Os operários individuais, por força de seus movimentos e lutas e de forma contraditória e complexa, haviam se transformado em um proletariado fabril de caráter mais homogêneo, caminhando já coletivamente para a construção de sua identidade de classe. As inúmeras transformações trazidas pela Revolução Industrial haviam acentuado profundamente a polarização social: a sociedade de classes no último quartel do século XIX era uma realidade inegável, a moderna sociedade burguesa fez com que a ruptura e a cisão atingissem o seu ponto terminal. (MARTINELLI, 2009, p. 37)

Atingido esse ponto no qual as contradições e objetivos de cada uma das classes já estavam melhor delineados, já não era mais conveniente permanecer com as mesmas estratégias de ação. Por um lado, os trabalhadores otimizaram as suas demandas de forma coletiva, apontando quais eram suas reivindicações – o espaço da fábrica era propício para que estes

trabalhadores se conhecessem melhor e enxergassem que suas dificuldades cotidianas não aconteciam apenas a nível individual – suas rotinas de trabalho eram sua forma de desgaste e o catalizador do desenvolvimento da consciência crítica dessas pessoas.

O polo capitalista não saiu ileso desse salto de consciência. Percebendo a melhor articulação dos trabalhadores, os patrões viram por bem agregar algumas das demandas trabalhistas e considerar com mais “benevolência” ações do Estado que objetivavam atenuar as condições extenuantes nas quais essa população se encontrava. Entretanto, nenhuma mácula poderia atingir a base desse modo de produção: a propriedade privada.

Agregando os avanços tecnológicos que nasceram da combinação das ciências biológicas e físicas, a indústria passa melhorar a qualidade das matérias primas, beneficiadas e com o aumento da produção desses materiais – as tecnologias agregadas inauguravam novas composições que melhoraram a qualidade do produto final e quantitativamente essa produção.

Na fase clássica/ concorrencial também ocorre a diferenciação entre o desenvolvimento das empresas a partir de seus portes e das suas capacidades de acumulação e reinvestimento em suas estruturas fabris. Nesse momento a concorrência entre as empresas era marcante e as inovações tecnológicas constantes eram a única maneira de manter as vendas desses comerciantes em alta.

Crescimento de grupos fabris que expandiam sua capacidade de produção, aumentando a quantidade de trabalhadores sob seu controle, além da expansão para além dos limites territoriais de seus países.

É possível perceber que além de crises cíclicas, o capitalismo mantém alguns traços recorrentes em cada uma de suas fases de desenvolvimento, onde pode-se perceber a mutação das formas de exploração de acordo com a fase histórica: antes eram disputas por colônias que serviriam de mina de exploração de matérias primas; com o desenvolvimento de formas superiores de comércio, essas colônias convertem-se em mercados para a venda da expansão da produção da fase concorrencial.

O surgimento dos monopólios industriais ocorreu mais ou menos simultaneamente à mudança do papel dos bancos. Produtos da evolução das “casas bancárias” que operavam ao tempo do capitalismo comercial, os bancos, inicialmente, funcionavam como intermediários de pagamentos; com o desenvolvimento do capitalismo, tornaram-se as peças básicas do sistema de crédito. Reunindo capitais inativos de capitalistas e a soma das economias de um grande contingente de pessoas, os bancos passaram a controlar massas monetárias gigantescas, disponibilizadas para empréstimos – e a concorrência entre os capitalistas industriais levou-os a recorrer ao crédito bancário para seus novos investimentos. (NETTO E BRAZ, 2012, p. 191)

Ainda sobre as alterações na forma de atuação dos bancos, a faísca de transição entre o capitalismo concorrencial e o capitalismo monopolista foi a participação dos bancos no ciclo

de valorização e desvalorização dessas empresas. Conforme o banco observava o fluxo financeiro de cada uma das empresas de diferentes nichos produtivos, este desenvolvia formas de coparticipação e opções de oferecimento de crédito, lançando assim as bases do mercado especulativo de ações, juntamente com a venda de cotas dessas empresas.

Com todas as características do capitalismo imperialista monopolista amadurecidas, as empresas que contaram com parcelas maiores de lucratividade no período concorrencial foram capazes de suplantar unidades produtivas de pequeno e médio porte. Com isso, mercados mundiais e aglomerados de empresas se espalharam – estabelecendo-se como proprietárias de esmagadora parcela de determinados nichos de produção. Nessa altura da história, a concorrência e a corrida por melhorias nas tecnologias produtivas se arrefecem, dando lugar à pactos de divisão de mercados consumidores entre os países da vanguarda capitalista.

Cresce aí o controle artificial dos preços pelos chamados carteis, pois além de haver reduzido o número de empresas que controlavam toda a produção, já se iniciava outra crise cíclica e, com essas ações de controle, os monopolistas procuravam manter a todo custo as taxas de lucratividade em um nível elevado.

Com as sinalizações do esgotamento das altas taxas de lucro dessa forma de produção, a saída para reestabelecer os ganhos dos empresários em primeiro turno foi migrar parte das indústrias para países em desenvolvimento, locais onde a resistência trabalhista e os aparatos de proteção social encontravam-se em níveis mais frágeis.

Assim sendo, ao final das chamadas fases “Clássica” e “Era de ouro” do capitalismo monopolista, uma nova crise cíclica, agora de maior proporção, demanda a reconfiguração do que era executado até então. Na próxima seção, trataremos da fase atual do capitalismo, que vem desde os anos setenta do século XX até a atual data.

3 Capitalismo contemporâneo e a cartilha Neoliberal.

As bases teóricas do neoliberalismo datam da década de 50 do século XX tiveram como alicerce a obra *Caminho da Servidão* de Friedrich Hayek. Porém, nessa época a fase de ouro do monopolismo dava frutos ao capital, e suas obras não tiveram destaque imediato:

As condições para este trabalho não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes – sua idade de ouro –, apresentando o crescimento mais rápido da história, durante as décadas de 50 e 60. Por esta razão, não pareciam muito verossímeis os avisos

neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado. (ANDERSON, 1995, p. 1-2)

Com a sinalização de que estava se esgotando a longa onda expansiva do capitalismo, iniciada na década de 70 do século XX, com a queda constante das taxas de lucro, na década de 80 o capital enxerga como inadiável a necessidade de reordenamento dos direcionamentos financeiros mundiais.

O termo “Consenso de Washington” foi usado por John Williamson para descrever o conjunto de propostas econômicas defendidas pelos políticos e tecnocratas residentes na capital americana. Ele definiu o consenso de forma ampla, abrangendo tanto o Washington político, onde residem congressistas e membros da administração federal, como também o Washington tecnocrático das instituições financeiras internacionais e do Federal Reserve Board. (FILHO, 1994, p. 101)

Nota-se que o Consenso, desde o seu surgimento, já se mostrava uma metáfora da junção da cúpula política internacional e cúpula financeira – juntas, decidindo quais as formas mais efetivas de drenar ainda mais os recursos dos países em desenvolvimento, minando inclusive as instituições de controle político e social.

Esse controle tinha como pedra central apontar os chamados “desajustes econômicos” causados pelos gastos do setor público; demandava que a participação pública em iniciativas produzidas fosse repassada ao setor privado e exigia ainda que a dívida externa contraída até então fosse quitada em sua totalidade. FMI e BIRD tinham a tarefa de monitorar as iniciativas que visavam concluir esses objetivos, mas ações tão drásticas executadas de forma simultânea e aligeirada, sem estudos que de fato demonstrassem os efeitos a médio e longo prazo, deixariam seu cariz negativo por mais tempo que se poderia calcular na época.

A imposição do ideário se deu juntamente com o processo de dispersão das indústrias pelos países em desenvolvimento, locais em que a tradição sindical e questionadora dos trabalhadores ainda não ressoava com grande força, ou sob a forma de empréstimos a esses mesmos países, retirando assim vultuosos juros dessa forma de “investimento”. O caminho que se delineava para ser seguido pode ser compreendido pelas palavras de Anderson:

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. (ANDERSON, 1995, p. 2)

No decorrer de década de 80, com as vitórias eleitorais de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan no Estados Unidos, iniciou-se uma onda de candidaturas e eleições

de políticos que viam como saída para a crise a minoração do estado nos países da vanguarda capitalista, pondo em marcha a diminuição das “regalias” dos trabalhadores.

O neoliberalismo é expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital em resposta à perda da rentabilidade e da governabilidade, que enfrentou durante a década de 1970 (Soares, 2003). O projeto neoliberal se expressa na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais, bem como no desmonte das conquistas sociais da classe trabalhadora, consubstanciados nos direitos sociais, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais são transformadas em impeditivos para o desenvolvimento e a liquidez financeira do Estado, sendo apontadas como a principal causa de sua crise fiscal. (CEOLIN, 2014, p. 252)

Com a queda das taxas de importação dos países em desenvolvimento, acontece o chamado Consenso de Washington, que convidou economistas de países da América Latina e apresentou um receituário de medidas que condicionavam e regulavam a maneira como a economia deveria ser controlada.

Nascido de ideais contrários às intervenções promovidas pelo Estado, o ideário neoliberal tem como autor principal Friedrich Hayek, em seu livro *O Caminho da Servidão*. Hayek e seus seguidores colocavam os movimentos sindicais como os culpados por impor exigências que drenavam recursos públicos para manter “regalias” aos trabalhadores e indicavam que seguir por esse caminho traria danos ao livre movimento que o mercado possibilitaria aos preços.

A mobilização do Banco Mundial em torno de ações de redução da pobreza ganhou destaque a partir da gestão de Robert McNamara, em 1968, que chamava a atenção para a necessidade de uma atuação para além do armamentismo para o controle das manifestações políticas. Era necessário diminuir as desigualdades para atenuar as pressões sociais.

Num livro publicado pouco antes de assumir o novo emprego no Banco Mundial, McNamara afirmou que “a pobreza e a injustiça social podem pôr em perigo a segurança do país tanto quanto qualquer ameaça militar”. Para ele, a relação entre pobreza e instabilidade política era válida para qualquer sociedade marcada por desigualdades profundas. (PEREIRA, 2010, p 261)

Não por acaso esse foi o tema central da nova empreitada intelectual do Banco Mundial, nesse movimento de priorizar o desenvolvimento do campo, focando o combate à extrema pobreza campesina. Frente ao momento político e histórico dos anos 70, os movimentos agrários de cunho progressistas com objetivos redistributivos de riquezas eram caros à população dos países latino americanos, conseguindo fácil adesão dessas massas ao novo discurso adotado pelas instituições financeiras e seus técnicos. Além disso, movimento de tamanha monta, com a organização e forma que estava tomando, teria forças de exigir mudanças

estruturais que de fato atendessem as necessidades redistributivas e produtivas que assolavam a vida da maioria da população, sendo necessário abafar suas demandas mais profundas e atender aquilo que era superficial, arrefecendo a crítica.

Nessa tendência, o Banco Mundial trabalhou aliando empréstimos às nações em desenvolvimento, vinculando-os a projetos de cunho desenvolvimentista, manipulando e guiando esses projetos para as vias de atenção às necessidades de subsistência de contingentes vulneráveis e para iniciativas educacionais – entretanto, questões centrais da desigualdade e da melhor distribuição de renda não eram alvo dessas iniciativas:

No capitalismo contemporâneo, o fundo público exerce uma função ativa nas políticas macroeconômicas, sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais. O fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica. (SALVADOR, 2012, p 5)

Empréstimos condicionados a projetos tendenciosos com o intuito de acalmar as movimentações latentes e aprisionar os países latinos à exigências políticas foram, desde a década de 80, a areia movediça que tomou conta da autonomia de diversos países e que, como veremos a seguir, continua se reinventando, tomando a capacidade de auto-determinação de diversos povos.

E tal objetivo, por sua vez, só poderia ser alcançado por um único caminho: a destruição da soberania nacional em matéria de política econômica e o aniquilamento de todo e qualquer “custo” social e trabalhista que onerasse a rentabilidade dos capitalistas. (PEREIRA, 2010, p. 274)

Na próxima seção, será discutida de forma breve a influência desse ideário na política econômica dos países da América Latina, pontuando sobre as tensões sociais que se estabeleceram durante a década de 90. Discutiremos ainda os rebatimentos nas políticas públicas brasileiras, comentando sobre o reordenamento social e a busca pela minoração da participação pública nas expressões da questão social.

3.1 Consequências do Consenso de Washington na América Latina na década de 90.

Os anos após a Segunda Guerra Mundial geraram frutos para diversos países do mundo, e os países da América Latina não foram exceções. Nessa fase, os países latino-americanos desenvolveram seus parques industriais principalmente pela dinâmica da substituição das importações, o que ao mesmo tempo trouxe uma melhora das condições gerais do modo de vida dessas populações e gerou concentração de renda.

Durante o período 1960-81, a taxa de crescimento do PIB se manteve em 5,5% ao ano, o que significou 22 anos de crescimento robusto. Esse ritmo de crescimento esteve, por exemplo, bem acima da média dos países industrializados, cujo PIB cresceu em média 3,8% ao ano durante o período 1960- 81. (FILHO, 1994, p. 101)

Em 1982 esse cenário começou a se modificar com a crise gerada pelo não pagamento da dívida externa.

Os analistas do Consenso culpavam o modelo de desenvolvimento executado pelos países latinos, apontando que a participação do Estado em setores centrais do desenvolvimento industrial e da infraestrutura desestimulou investimentos internacionais e que, um suposto protecionismo incentivou o comodismo desses países, não permitindo que eles se adequassem ao avanço tecnológico dos demais polos produtores. Porém, como podemos ver com mais detalhes na transcrição a seguir, os estudiosos de Washington concentraram suas atenções apenas nos erros internos da política da América Latina, ignorando os efeitos da economia que, na década de 70 e 80, já apresentava características globalizantes e grande participação de capitais internacionais:

Os programas de ajustamento foram elaborados partindo aparentemente do pressuposto de que a crise da dívida externa se originara basicamente de erros de política econômica cometidos pelos países devedores. As dívidas externas poderiam ser pagas desde que os governos dos países endividados corrigissem as respectivas políticas macroeconômicas e realizassem reformas sob orientação do FMI e do BIRD. (FILHO, 1994, p. 103)

O modelo de desenvolvimento que os países centrais adotaram, de desconcentração de suas indústrias, também teve participação no aprofundamento da chamada crise da divisa externa, uma vez que o lucro gerado por essas indústrias transnacionais era evadido dos países onde a produção se realizava. Além disso, Petrônio Filho ainda aponta os focos especulativos da contração de empréstimos conseguidos com os órgãos internacionais, que não eram “dirigidos nem ao financiamento de déficits em conta corrente, nem ao aumento de reservas internacionais”.

Não bastando, a obtenção de empréstimos dos órgãos internacionais era condicionada à juros flutuantes que, considerando os prazos de média e longa duração, somados às constantes variações financeiras, tiveram os valores aumentados de forma descompassada. Sem capacidade de analisar e argumentar, os países latinos se viram encurralados, frente a uma dívida externa descontrolada, oscilação constante dos juros e perda gradual da capacidade produtiva, agravada a medida que a crise global do capitalismo se aprofundava. Esse quadro só foi atenuado em 1989, quando os ideários do Consenso enfim perceberam que a cobrança implacável da dívida e o aumento descontrolado dos juros só agravavam a realidade fiscal desses países. Dessa percepção, nasceria o Plano Brady, que comentaremos a seguir.

John Williamson, analisando as propostas executadas nos países em desenvolvimento, encontrou a incidência reiterada de dez direcionamentos dados na economia dos mesmos, Filho as apresenta na seguinte ordem:

- 1) Disciplina fiscal; 2) Reordenamento nas prioridades dos gastos públicos; 3) Reforma tributária; 4) Liberalização do setor financeiro (livre determinação das taxas de juros pelo mercado e abolição dos controles de câmbio; 5) Manutenção de taxas de câmbio competitivas; 6) Liberalização comercial; 7) Atração de investimentos diretos estrangeiros; 8) Privatização de empresas estatais; 9) Desregulamentação da economia; 10) Proteção a direitos autorais. (WILLIAMSON in FILHO, 1994, p. 109)

Cabe ressaltar a falácia dos discursos que diziam ter o objetivo de melhorar e restaurar as condições de desenvolvimento dos países alvo da política neoliberal. Com breves análises dos objetivos marcados pelos organismos internacionais, percebe-se que todas as propostas têm alguma ligação com a regulação financeira e a desresponsabilização do Estado frente aos serviços públicos.

Os altos valores poupados do investimento nos serviços públicos tinham como destino as transferências monetárias, injetados diretamente naqueles países que figuravam os controladores da política neoliberal, sob a forma de pagamento da dívida externa. Assim sendo, mesmo com altos valores de superávit primário, não ocorria o reinvestimento desses valores e muito menos a redistribuição dos efeitos do desenvolvimento, que se materializariam sobre maiores investimentos públicos, melhores remunerações e melhora nos meios produtivos contemporâneos. Os efeitos dessa vazão de valores foram percebidos posteriormente, como o texto de Filho aponta:

Além de lento, o padrão de crescimento se tornou mais concentrador de renda do que o de outrora. Observou-se em quase todos os países diminuição nos níveis de emprego, queda nos salários médios e aumento na percentagem da população economicamente marginalizada. O mercado de trabalho informal se expandiu consideravelmente durante a crise da dívida e, ao final da década de oitenta, estava absorvendo em média 25% da força de trabalho. (FILHO, 1994, p. 111)

Na saída dos anos 80, as condições de saldar a dívida externa estavam cada vez mais longe da realidade. A indústria e os trabalhadores estavam com seus rendimentos achatados pela inflação – era um continente enterrado na falta de perspectiva, com serviços de base precários e com pouca esperança de levante.

Ao início do governo de George Bush acontece a combinação do Plano Brady, que entendeu que os altos juros cobrados pelos organismos internacionais agravariam mais e mais a condição da dívida externa, junto à queda generalizada das taxas de juros ao redor do globo. A despeito dos lampejos da melhora média dos índices de desenvolvimento, o Brasil figurava

como uma exceção, ainda apresentando aumento na taxa de inflação e desenvolvimento negativo

Essa crise, que ao fim dos anos 90 avassalava todos os países da América do Sul, não começou, decerto, com a execução do programa neoliberal do Consenso de Washington. Ela pré-existia. Mas as condições econômicas, sociais e políticas, que nos anos 60 e 70 haviam gerado os movimentos de insurgência, agravaram-se, ao fim de uma década de políticas econômicas neoliberais, executadas por governos democraticamente eleitos. (BANDEIRA, 2002, p. 135)

Por fim constata-se que, houve o aprofundamento das desigualdades sociais, fato que contraria as justificativas trazidas para o desenvolvimento do ideário neoliberal, uma vez que a expansão dos níveis de concentração de renda e a diminuição do espaço de atuação do poder público frente ao desenvolvimento estrutural. Na seção seguinte, buscaremos analisar como é feita a leitura da desigualdade, com enfoque na realidade social brasileira.

4 Emenda Constitucional nº 95/2016: mudanças fiscais propostas.

As eleições brasileiras de 2014 já prenunciavam que os rumos que o país tomaria eram incertos, a população estava cindida e inflamada por bombardeios midiáticos de campanhas eleitorais que se mostravam mais preocupadas em deslegitimar os oponentes do que apresentar de forma clara e objetiva seus planos de governo para uma possível eleição.

Com o resultado acirrado obtido no segundo turno, a candidata Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, sai como vencedora – mas sem contar com a maioria na Câmara e no Senado e sem condições de articulação, a governabilidade de seu mandato já prenunciava grandes desafios a frente. Desafios que foram intensificados com o agravamento do descontrole das contas públicas e a acusação de que houve “pedaladas fiscais” em sua última gestão.

Adicionada a insatisfação daqueles que colocavam Aécio Neves como a solução dos problemas nacionais e o poder de manipulação das informações comandada pela grande mídia nacional, encerram-se em 31 de agosto de 2015 as votações, Dilma é deposta da presidência.

Em relação ao aligeiramento da discussão da proposta de emenda constitucional, precisamos perceber os interesses camuflados por essa pressa. Tal proposta teve sua apresentação pelo Poder Executivo, sob o número 241/2016, em quinze de junho de 2016 e sua aprovação enquanto emenda consolidou-se em 15 de dezembro, ainda em 2016, mesmo com diversos setores civis e políticos questionando os meios escolhidos pelo governo para a suposta recuperação das finanças nacionais.

As travas legislativas que a emenda trouxe mostram a fineza do ataque ao orçamento nacional, já que impossibilitam as futuras tentativas de alteração desse regime fiscal pelos próximos chefes do executivo federal pelos próximos dez anos.

Ainda na esteira dos ataques aos pontos basilares da legislação social brasileira, em 2017 foram aprovadas alterações na Consolidação das Leis do Trabalho que, utilizando ainda o mote da tentativa de modernização das relações trabalhistas nacionais, reaviva o que há de mais retrógrado, aumentando a tolerância de contratos temporários, atacando as condições de trabalho insalubre para gestantes, dentre outros artifícios que deixam livre o campo para formas de trabalho ainda mais desprotegidas. Cerceou ainda a capacidade de defesa dos trabalhadores, seja pelo ataque direto às fontes de financiamento dos sindicatos ou pela obrigatoriedade de responder pelo ônus da sucumbência em caso de perda de processos judiciais.

Não bastando os ataques brevemente citados acima, percebe-se que a aprovação dessa EC vem intimamente atrelada a outras propostas de reforma nas quais, a exemplo do autor citado, focam na importância de reformular os benefícios previdenciários e assistenciais vinculados ao INSS.

Fica então a curiosidade: e por que não propor mudanças na tarifação das grandes fortunas e heranças? Reformas políticas que diminuam o peso dos altos escalões do governo, esses sim com inúmeros privilégios e regalias custeados pelo trabalho nacional.

No longo prazo, o limite torna-se cada vez mais rígido até o fim da simulação, em 2032, pois a diferença de trajetória de gasto com ou sem a PEC é grande. Assim, a PEC torna-se bastante efetiva, pois obriga o governo a realizar reformas abrangentes pelo lado da despesa a fim de cumprir o limite. Um candidato natural à reforma seria o gasto previdenciário, responsável pela maior parte da despesa. Outra possível reforma, com impacto relevante, é a desvinculação dos benefícios sociais ao salário mínimo (ou, alternativamente, mudança da regra de indexação atual Regras fiscais no Brasil: uma análise da PEC 241 303 do salário mínimo). Caso essas mudanças não ocorram, a PEC exigirá cortes muito elevados em outros gastos, zerando, por exemplo, as despesas discricionárias até 2028. Assim, é possível concluir que a reforma da previdência é condição praticamente indispensável para a viabilidade da PEC. (HORTA, 2017, p. 44-45)

Porém, o que não é levado em consideração nas reiteradas propostas e alusões à reforma da previdência é a chamada Desvinculação das Receitas da União:

[...] os efeitos da DRU sobre as políticas da seguridade social continuam perversos, pois ao deixar para a “livre gestão” do comando econômico feito pelos Ministérios da Fazenda e de Planejamento, os recursos que deveriam ser destinados exclusivamente para as políticas da seguridade social acabam sendo um importante instrumento de gestão fiscal para contingenciamento de recursos orçamentários, com a finalidade de assegurar temporariamente superávit primário durante o ano, limitando os gastos das áreas sociais aos previstos constitucionalmente. (SALVADOR, 2012, p. 433)

Ainda sobre a aplicação diversa dos recursos da seguridade social:

Contudo, outra parcela expressiva dos recursos (R\$ 18,5 bilhões), liquidados nas demais funções, refere-se ao pagamento de assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes, o que contraria a diretriz constitucional de universalidade da saúde e deveriam ser pagos com recursos fiscais. Além disso, em 2009, a Desvinculação das Receitas da União (DRU) desviou R\$ 39,1 bilhões¹¹ das políticas da seguridade social para acumulação de capital, por meio do orçamento fiscal. Desde a entrada em vigor da DRU, em 2000, já foram suntuados da Seguridade Social mais de R\$ 300 bilhões. (SALVADOR, 2010, p. 15).

Além do vultoso valor que é desviado do orçamento da pasta da seguridade social, estudos complementares realizados pela autora Graziella David, após um ano da promulgação da EC 95/2016, testam a viabilidade dos cortes no orçamento fiscal brasileiro – apontando como uma das mais alarmantes consequências a seguinte:

Por meio de uma análise minuciosa do orçamento, de seus objetivos e resultados, conseguimos avaliar se o direito que a política pretende garantir está progredindo ou regredindo. As três políticas públicas avaliadas falharam no teste, uma vez que sofreram importantes cortes orçamentários e perda de resultados, efeitos do primeiro ano de vigência da EC 95. Nesse cenário, o Brasil corre sério risco de voltar para o Mapa da Fome, deixar pessoas sem acesso a medicamentos e mulheres vítimas de violência desprotegidas. (DAVID, 2017)

5 A política de assistência: o desmonte dos direitos não contributivos.

Temos em nosso país uma legislação social muito jovem, reflexo do retorno tardio ao modelo político da democracia que, após um longo período marcado pelos abusos de uma ditadura militar, terá na movimentação da coletividade os resultados democráticos. Será após o movimento Constituinte, fortificado pela citada participação popular, que foi promulgada a Carta Magna de 1988. Nesta, a assistência social passa a compor a tríade da seguridade social, acompanhada pela saúde e pela previdência social. Entretanto, a assistência fez parte da trajetória de nosso país desde muito antes dessa Constituição, sob a forma de caridade, com viés profundamente marcado pelo conservadorismo.

Ainda sob a perspectiva da filantropia, com o passar do tempo e com o desenvolvimento da formação social e histórica do Brasil, os atos de caridade passam a ser permeados pelo clientelismo e pelo patrimonialismo, estigmas que acompanharam a cultura nacional e, por consequência, a política social brasileira, traços que ainda na atualidade figuram como grandes desafios, que devem ser superados pela sociedade brasileira e pelos profissionais envolvidos na atuação dessa política. Fruto da Constituição de 1988, a política de assistência Social representou um avanço incontestável nas políticas públicas brasileiras.

Apesar do fato de que política neoliberal foi colocada em marcha durante a década de 90, a política de assistência logrou substancial êxito ao aprovar a Política Nacional de Assistência Social, lei que estabeleceu as bases para a atuação. Houve ainda a participação popular juntamente aos trabalhadores da política social, que conseguiram discutir sobre e deliberar a criação do Sistema Único de Assistência Social e editar as Normas Operacionais Básicas, já nos anos iniciais de 2000.

Esses avanços imprimiram à Política de Assistência a estrutura e seriedade que firmaram a importância do reconhecimento dos direitos sociais da população, e ao mesmo tempo bateram de frente com os intentos de precarização do trabalho, além de buscar o fortalecimento dos trabalhadores na ordem de questionamento do conservadorismo, que até tão recentemente era a regra das iniciativas que se diziam sociais. Esses e mais avanços podem ser percebidos nas palavras de Jucimeri Isolda Silveira:

Os avanços no campo normativo-jurídico acompanharam os direcionamentos técnico-políticos, sendo inclusive uma estratégia para garantir maior segurança na transição de governos e estabilidade nos processos de transferência de recursos, sob a fiscalização dos órgãos de controle. (SILVEIRA, 2017, p. 497)

A evolução da política neoliberal teve na década de 90 o desenvolvimento da retórica da diminuição do estado de forma mais direta.

Dócil ao grande capital externo, aproveitando-se da concorrência intramonopólica, vislumbra a modernização capitalista sucateando o capital estatal, destruindo o pequeno e médio capital, implodindo a tecnologia nacional, substituindo-a por uma tecnologia forânea e abrindo nosso parque produtivo para o capital que detém esta tecnologia. E, claro, tornando ainda mais miseráveis o enorme contingente de assalariados que vivem a brutalização mais aguda de sua história republicana. (ANTUNES, 2005, p. 12)

Eleito graças ao poder midiático demonstrado frente às câmeras, Fernando Collor de Mello intitulava-se o caçador de marajás, apontando como caminho certo para o desenvolvimento nacional a extinção dos privilégios de poucos em conjunto da modernização da produção. Porém, o que de fato foi colocado em prática foi a dilapidação do parque produtivo nacional e a venda de empresas públicas por preços módicos – ignorando qualquer apelo contrário da população.

A exposição de escândalos de corrupção por parentes próximos e a insatisfação da população, inspirada pela democracia recém instaurada, que se opôs à inflação e ao arrocho salarial, livraram o país de Collor – entretanto, o projeto neoliberal permaneceu em marcha com a entrada de Itamar Franco.

Com o cenário político conturbado por pressões que visavam majorar o rendimento dos grandes rentistas, com a continuidade da experiência neoliberal versus a resistência da população engajada no desenvolvimento da legislação social e da implantação dos aparelhos sociais, a década de 90 se fez contraditória – momento que gerou avanços e retrocessos às proposições para o desenvolvimento social do país.

Com a Lei Orgânica da Assistência Social, os artigos 203 e 204 da CF 88 são regulamentados, fazendo com que a dissociação entre Serviço Social e assistência social passe a ter embasamento na legislação social:

A Constituição de 1988 promoveu a assistência como instituição política estatal e não o serviço social; assim como saúde e não a medicina; a justiça e não o direito; a educação e não o ensino, e assim por diante. (SIMÕES, 2014, 310)

Seguindo as diretrizes instituídas pela Lei Orgânica de Assistência Social, nasce a PNAS, após a importância de sua criação ser discutida e deliberada na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003. O estabelecimento daquela lei trouxe então o desenho de como seria implantado e implementado o Sistema Único de Assistência Social.

Com o objetivo de esquematizar a forma de execução da política de assistência, a PNAS traz já na sua introdução a premissa de estabelecer que a assistência social é um direito social a ser garantido, ainda inspirada pelas recentes reivindicações populares que se inteiravam sobre os direcionamentos tomados pelo Brasil pós-ditadura:

Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (BRASIL, 2004, p. 13)

Contudo, no governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcante o processo de regresso ao estágio de valorização da filantropia, sendo criados programas pontuais e benefícios que visavam estritamente atender a cada expressão da questão social sem considerar de fato as raízes dessa realidade.

Com a entrada de Michel Temer como presidente interino, a seguridade social teve como primeiro ataque a junção do Ministério do Desenvolvimento Social com o Ministério da Agricultura e da Fazenda. Essa retirada da autonomia nos direcionamentos da política de assistência social causa uma mistura de interesses e o agravamento do escoamento de recursos. A escolha de Osmar Terra, historicamente vinculado a interesses conservadores defendidos por seu partido político, é uma ameaça aquilo que vêm sendo construído desde a década de 90.

Nesse período de Governo, a priorização de transferências monetárias e enxugamento das contas públicas geraram conflitos, que já se mostravam agravados, e com os sucessivos ataques ao orçamento da seguridade, mostram-se cada vez mais delicados. Sob a argumentação de verificação da legalidade no recebimento de benefícios assistenciais e beneficiários, como o Benefício de Prestação Continuada, a população mais vulnerável estava inquieta e sob a constante ameaça de ter seus poucos recursos ceifados a qualquer momento.

No campo dos programas de transferência de renda, atualizações cadastrais sucessivas levam a população à descrença, já que prazos que antes eram bianuais passam a ser reavaliados em períodos muito menores, em alguns casos, obrigando os beneficiários a comparecerem aos órgãos gestores diversas vezes no mesmo mês. Ocorreram ainda recorrentes realocações de recursos, antes destinados aos programas e projetos da política de assistência social, que se veem preteridos em decorrência da focalização em realidades pontuais e desconectadas do quadro geral da realidade social.

Chamamos ainda a atenção para o Programa Criança Feliz, exemplo de focalização com desconexão com os demais preceitos da política de assistência. Programa esse que vem tendo seu orçamento aumentado, em ações de viés moralizante, abocanhando recursos que poderiam ser utilizados para um acompanhamento territorializado, vinculado a já existente Proteção Básica, que tem em seu arcabouço a premissa da prevenção e acompanhamento dos direitos sociais.

O panorama atual é preocupante, pois os constantes ataques à política de seguridade social agudizam a já delicada realidade de vida de milhares de brasileiros. Considerando o avanço da reestruturação produtiva, juntamente aos cortes nas políticas públicas e das políticas de assistência, temos como horizonte o aumento das expressões da questão social – materializado na queda dos índices de qualidade de vida, aumento da violência, baixa nos níveis de acesso à escolarização, dentre outros.

Faz-se como estratégia principal a busca pelo resgate do fôlego dos movimentos sociais juntamente às instituições públicas que têm como premissa principal um olhar crítico e preocupado para com os direcionamentos do país, considerando necessária a melhora daquilo que é ofertado à população brasileira.

6 Conclusão

Iniciando nossa pesquisa com o resgate histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista, desde a primeira revolução industrial até a entrada do capitalismo financeiro, tivemos o objetivo de apontar que a cada momento histórico e a cada cenário de desenvolvimento da conscientização das classes trabalhadoras, os ideólogos do capitalismo reinventavam seus ardis para manter as taxas de lucratividade em níveis compatíveis com os objetivos das classes abastadas.

A partir da releitura histórica dos acontecimentos nos países da América Latina durante a década de 1990, foi possível a percepção de que o receituário Neoliberal, responsável por uma postura econômica e política focada na diminuição da responsabilidade estatal, pela via das privatizações, valorização do dólar e desmonte dos frutos plantados pelo keynesianismo, não foi capaz de cumprir o dito objetivo de trazer melhores níveis de qualidade à vida da população geral. Aumentos dos preços médios dos produtos de subsistência, das taxas de desemprego e da dívida desses países frente às organizações financeiras internacionais foram os resultados hegemônicos dos direcionamentos indicados pelos organismos internacionais.

Tendo em vista que, após quase duas décadas, as condições estruturais do trabalho foram redesenhadas, trazendo as marcas da precarização e intensificação, além da recente retirada de direitos trabalhistas, ratificada pela alteração da CLT, é evidente que não será nessa nova fase do capitalismo financeirizado que a cartilha neoliberal será capaz de responder às necessidades dos grandes contingentes populacionais do Brasil. Dessa forma, esse trabalho coloca que a promulgação do dito Novo Regime Fiscal, com vigência prevista de vinte execuções fiscais, não busca a otimização dos recursos públicos via contenção de gastos, mas antes – como demonstrado nas tabelas comparativas dos capítulos anteriores – a priorização do pagamento da dívida externa como forma de garantia aos investidores internacionais de que o Brasil é terreno fértil para a desregulação do mercado nacional e da vulnerabilidade da população frente a forma de trabalho sem proteção, deixando camadas da população expostas à formas predatórias de exploração de sua força de trabalho.

Outro ponto que requer atenção é o fato de que desde os primeiros encontros dos idealistas do Consenso de Washington, podemos perceber uma análise técnica tendenciosa, que ignora a complexidade dos fatores internos e externos que culminaram no agravamento da crise nos países da América Latina. Crise que tem como pontos cabais uma onda recessiva do capitalismo, para sua fase de reestruturação produtiva e rebatimentos no conceito de como o Estado deveria participar ativamente para atingir a revitalização das taxas de lucratividade almejada pelos países centrais.

Por fim, após as análises dos quadros comparativos, mostrando os dados das Leis Orçamentárias Anuais de 2015, 2016, 2017 e 2018, podemos perceber que há oscilações negativas e positivas nos valores destinados ao pagamento da dívida externa, havendo em 2017 um salto consideravelmente maior. Somos da opinião de que, mesmo antes da proposição do Novo Regime Fiscal, o comprometimento do PIB nacional já era alto e que a limitação dos gastos públicos nacionais tem uma intencionalidade obscura que vai muito além do discurso de controle dos gastos. Além disso, foi possível perceber, após a leitura de economistas favoráveis a PEC e à reformulação da política previdenciária, que há o reconhecimento de efeitos colaterais negativos que atingem políticas de “alto retorno social” como a saúde e a educação.

Vemos ainda que a história já nos mostrou com a década de 90 que não reinvestir nos serviços básicos para a população e no aumento dos salários é minar as possibilidades de desenvolvimento do país a médio prazo, fato capaz de agravar ainda mais setores chave como a educação e a saúde – citando apenas estes indicadores, por serem cabais para a qualidade de vida e reprodução digna de uma população.

No decorrer desse trabalho, tivemos a intenção de nos aproximarmos da discussão sobre o Novo Regime Fiscal proposto e aprovado durante o governo interino de Michel Temer, usando como condutor do raciocínio de análise o fio histórico, revisitando desde o desenvolvimento das três fases marcadas do capitalismo, ao momento do surgimento do ideário neoliberal, com análises de suas formas de executar seus projetos em países classificados como “em desenvolvimento”.

Esses primeiros enlaces do desenvolvimento histórico das forças produtivas nos deram as bases para entender, sob o ponto de vista histórico dialético, que o capitalismo combina formas de trabalho ultramodernas e ultrapassadas, visando maximizar suas taxas de lucros a despeito de qualquer necessidade populacional. A fase concorrencial do capitalismo mostrou suas pretensões de internacionalizar as relações mercantis, a fase imperialista em inaugurar a maximização das taxas de lucro por meio da introdução da tecnologia e a fase atual trás a busca acirrada pela maximização das taxas investidas na especulação financeira em troca de formas produtivas exploratórias e desprotegidas.

Assim sendo, após buscar fontes de autores favoráveis e de autores contrários à aprovação da EM 95/2016, foi possível constatar que os fatores analisados em cada uma das situações são divergentes, no primeiro caso, leva-se em conta análises e projeções primordialmente numéricas, quantitativas, desconsiderando que tais números afetam

diretamente no cotidiano do contingente populacional mais vulnerável do país. Percebemos ainda que, na parcela de análise que levou em conta os efeitos qualitativos desse corte de despesa, houve a percepção de que tais cortes teriam efeitos negativos para as políticas sociais.

Fica então o questionamento: até quando o atual modo de produção extinguirá aparatos de proteção social em nome da manutenção das taxas de lucro? De que serve manter enormes contingentes populacionais alijados de oportunidades de trabalho formal e de patamares dignos de subsistência e consumo a fim de manter meia dúzia de pessoas com incalculáveis fortunas?

Finalizamos esse trabalho pontuando que não somos contrários a reajustes nas formas de despesas públicas, mas consideramos o fato de que profissionais da Gestão Pública precisam, primeiramente, ter claro em sua prática profissional que o real objetivo do orçamento público gira em torno do desenvolvimento de melhores condições de vida para a população e que nessa caminhada se faz necessário lançar mão de diversos instrumentos de análise que diversifiquem o referencial teórico desse profissional. Em segundo, esses instrumentos de investigação precisam dar conta de compreender de forma crítica e atenta os ardis da usurpação do fundo público. Além disso, temos também como objetivo continuar as leituras sobre o tema escolhido, a fim de ter como foco a análise dos desdobramentos desse regime fiscal, a fim de entender se o futuro confirmará ou não a hipótese que aqui delineamos – considerando sempre o respaldo que o estudo da história nos proporcionou.

Referências.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração** – 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 2016**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>>. Acesso em março de 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LIMA, Luiz et al. **PEC 241: Tudo sobre a o teto de gastos**. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/10/pec-241-tudo-sobre-o-teto-de-gastos.html>>. Acesso em março de 2018.

Materiais do NEAD. **Manual para elaboração do projeto de monografia**. Disponível em: <http://pos2.nead.ufsj.edu.br/GPB/GPB2017/moodle/pluginfile.php/3621/mod_resource/content/1/Manual%20para%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20doPROJETO%20DE%20MONOGRAFIA.pdf>. Acesso em fevereiro de 2018.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. **Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n12/1678-4464-csp-32-12-e00194316.pdf>>. Acesso em março de 2018.

STIGLITZ, Joseph. **Inovação à moda estatal**. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/artigos/joseph-stiglitz-inovacao-a-moda-estatal>>. Acesso em março de 2018.

_____. **O império dos monopólios**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573947-o-imperio-dos-monopolios-artigo-de-joseph-stiglitz>>. Acesso em março de 2018.

SENADO, Brasil. **Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em março de 2018.

BLUME, Bruno André. **Como funciona o teto de gastos públicos?**. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/teto-de-gastos-publicos-infografico/>>. Acesso em março de 2018.

PROTÁSIO, Carla G.; BUGARIN, Maurício S.; BUGARIN, Mirta S. Sataka. **À espera da reforma orçamentária: um mecanismo temporário para redução de gastos públicos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612004000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em março de 2018.

OLIVEIRA, Cláudio Ladeira de. **O orçamento público no Estado Constitucional Democrático e a deficiência crônica na gestão das finanças públicas no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000200183&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em março de 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social**, 1993.

_____. **Constituição (1988). EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 2016**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>>. Acesso em março de 2018.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e as crise na América do Sul in Ver. Bras. Polit. Int 45. 2002. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007>. Acesso em Março de 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2014, n.120, pp.608-639. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282014000400002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em Maio de 2018.

KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais**. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 16, N.1, P. 30-42, JUL./DEZ. 2013. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/17972/14622>. Acesso em Maio de 2018.

HORTA, Guilherme Tinoco de Lima. **Regras fiscais no Brasil: uma análise da PEC 241**. Revista do BNDES 47. Junho de 2017. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14022/1/Regras%20fiscais%20no%20Brasil_uma%20an%C3%A1lise%20da%20PEC%20241_P.pdf>. Acesso em Agosto de 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 14ª edição. São Paulo : Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8ª edição. São Paulo : Cortez, 2012.

SALVADOR, Evilásio da Silva. **O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal** in Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 130 : Cortez 2017.

_____. **Fundo público e as políticas sociais na crise do capitalismo** in Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 104. Cortez 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes Pereira. **O Banco Muncial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”**. Topos, v.11, n. 21, jul – dez 2010, p. 260-282. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v11n21/2237-101X-topoi-11-21-00260.pdf>>. Acesso em Julho de 2018.

FILHO, Petrônio Portella. **O ajustamento na América Latina: Crítica ao modelo de Washington**. Lua Nova nº 32 Ajustamento na América Latina São Paulo Apr. 1994. Disponível

em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000100007>. Acesso em Julho de 2018.

AMARAL, Cardoso Nelson. **Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)?** In Revista Brasileira de Educação v. 22 n° 71. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449X-rbedu-s1413-24782017227145.pdf>. Acesso em Julho de 2018.

CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social** in Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n° 118 : Cortez, 2014.

DAVID, Grazielle. **Por que revogar a Emenda Constitucional 95.** Outras Palavras, 2017. Disponível em: <https://outraspalavras.net/brasil/por-que-revogar-a-emenda-constitucional-95/>. Acesso em Agosto de 2018.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos** in Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n° 130 : Cortez 2017.

Olhar pioneiro sobre a desigualdade social. Revista Pesquisa Fapesp. São Paulo, 2018.

REIS, Elisa Pereira. **O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro.** Estudos Históricos, 1988. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2166/1305>. Acesso em agosto de 2018.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)** 2. Ed – Campinas, SP : Autores Associados, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho.** 14. Ed – São Paulo : Cortez, 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** Coleção Biblioteca Básica Cortez. Editora Cortez : São Paulo, 2014.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo** In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em: < <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>> . Acesso em Agosto de 2018.